

A CONTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS NORMAIS LIVRES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ESTADO DE SÃO PAULO (1928 – 1938)

Mara Rúbia dos Santos Antonio, Rosa Fátima de Souza (Faculdade de Ciências e Letras - UNESP Araraquara).

Agência de Fomento: PET - MEC/SESU

Eixo Temático: História da Formação e Organização da Categoria Docente

Introdução

Este texto apresenta resultados de pesquisa concluída sobre a história da Escola Normal Livre Mackenzie de Araraquara, que funcionou no período de 1928 a 1938, mantida pelo poder público municipal. Trata-se de um estudo vinculado ao *“Projeto EEBA: história e memória do ensino secundário em Araraquara”*, desenvolvido junto ao Núcleo de Documentação e Memória do Centro Cultural Professor Waldemar Saffioti – Unesp/ Araraquara. O Projeto EEBA, coordenado pelas professoras Rosa Fátima de Souza e Vera Teresa Valdemarin objetiva reconstruir a história da Escola Estadual Bento de Abreu de Araraquara, primeiro colégio de ensino secundário da cidade cujos primórdios remonta a 1914 com a fundação do Araraquara College, - estabelecimento instalado em prédio especialmente construído para a escola pela Prefeitura Municipal e administrado por iniciativa particular. Em 1926, o colégio passa para o município denominando-se Ginásio Municipal Mackenzie de Araraquara. Em 1932, ele se torna Ginásio Estadual.

A investigação pauta-se por um minucioso e demorado trabalho de identificação e levantamento de fontes primárias em acervos buscando vestígios desse estabelecimento de ensino colocando em evidencia traços do funcionamento das escolas normais livres, tema pouco examinado na História da Educação paulista e brasileira no período da Primeira República. De fato, a maioria dos estudos consagrados ao tema da história da formação de professores tem privilegiado a história das escolas normais oficiais deixando na penumbra as escolas normais livres de iniciativa municipal e particular que tiveram uma significativa disseminação no início do século XX.

Fontes e metodologia

Na realização desse estudo utilizamos dois procedimentos metodológicos. O primeiro refere-se à coleta de informações em arquivos: o acervo conservado na Divisão Regional de Ensino de Araraquara (DRE - Araraquara) e os documentos encontrados no Arquivo Público Histórico Professor “Rodolpho Telaroli” (APHPRT)¹. Considerando os documentos escolares como fontes potencializadoras para investigações sobre a história das instituições educativas, consultamos os seguintes documentos: pasta de exames de admissão de alunos, boletins de médias e faltas, livro ponto docente e livro ponto de pessoal administrativo, livro de matrícula de alunos, atas do grêmio estudantil, livro de coletâneas de leis sobre o curso normal, Atas da Câmara Municipal e artigos de jornais da cidade.

A segunda metodologia empregada caracteriza-se pela análise bibliográfica relacionada ao ensino normal em São Paulo. Assim, por meio do confronto entre as informações coletadas e o conhecimento acumulado sobre as escolas normais delineou-se a referida pesquisa.

Através do *corpus* documental da pesquisa, buscamos reconstruir a história da Escola Normal Livre Mackenzie de Araraquara identificando os sujeitos educacionais envolvidos como alunos, professores, inspetores fiscais de ensino, diretores e funcionários. Com relação à caracterização do trabalho docente, os dados sobre o registro das disciplinas possibilitaram examinar os conteúdos ministrados, os métodos de ensino adotados e a organização curricular.

Em relação ao referencial teórico, fundamentamos nossa análise nos estudos sobre a história das instituições educativas com base nos seguintes autores: Magalhães (1998), Monarcha (1999), Souza (1998).

RESULTADOS DA PESQUISA

A formação de professores no Estado de São Paulo no início do século XX

A valorização da Escola Normal no final do século XIX no Brasil ocorreu concomitante à valorização da educação popular, que passou a se considerada na

época por intelectuais, educadores e principalmente por políticos republicanos como instrumento fundamental para a mudança política e social do país. De acordo com Souza (1998) e Tanuri (2000), os republicanos atribuíram à escola primária amplas finalidades políticas, sociais e culturais e depositaram na formação dos professores expectativas de mudança e modernização da escola e da sociedade. Não por acaso, a reforma da instrução pública republicana no estado de São Paulo iniciou, em 1890, pela reforma da Escola Normal.

Segundo Tanuri (1979), durante a Primeira República até o início da década de 1920, permaneceu no âmbito da formação de professores primários no estado de São Paulo, a concretização das idéias lançadas no período de fervor republicano.

É importante observar que a história do ensino normal e da profissionalização do magistério primário esteve muito vinculada à expansão do ensino primário que foi bastante significativa nesse período.

Em virtude da impossibilidade de se expandir para todo o Estado o modelo de formação do curso normal idealizado pelos primeiros reformadores na Escola Normal da Capital, a partir de 1895, o curso complementar foi utilizado para suprir a demanda por professores primários. Desse modo, passou a existir dois tipos de instituições responsáveis pela formação do magistério paulista - a escola normal e a escola complementar - uma de padrão de ensino elevado e a outra de padrão inferior.

Em 1911, as escolas complementares existentes foram transformadas em escolas normais primárias (Decreto nº 2025, de 29/03/1911). A Escola Normal de São Paulo foi considerada escola normal secundária e nesse mesmo ano as escolas normais de São Carlos e Itapetininga foram elevadas ao padrão da escola normal da Capital. Para Tanuri (1979), essa reforma consolidou a dualidade de escolas normais no estado de São Paulo diferenciadas no conteúdo, na organização do ensino nos privilégios e status atribuídos aos concluintes do curso. Em 1913, o estado de São Paulo contava com 11 escolas normais oficiais (três secundárias e oito primárias).

Em 1911, as escolas complementares existentes foram transformadas em escolas normais primárias (Decreto nº 2025, de 29/03/1911). A Escola Normal de São Paulo foi considerada escola normal secundária e nesse mesmo ano as escolas normais de São Carlos e Itapetininga foram elevadas ao padrão da escola normal da Capital. Para Tanuri (1979), essa reforma consolidou a dualidade de escolas normais no estado de São Paulo diferenciadas no conteúdo, na organização do ensino nos privilégios e

status atribuídos aos concluintes do curso. Em 1913, o estado de São Paulo contava com 11 escolas normais oficiais (três secundárias e oito primárias).

A partir de 1917 inicia o processo de ampliação dos anos de duração do curso normal. A Lei nº 1579, de 19 de dezembro introduziu o curso complementar de dois anos, anexo às escolas normais do Estado. Este curso tinha por objetivos ser uma complementação do primário e preparar os indivíduos para o ingresso nas escolas normais. Tratava-se de um curso de cultura geral com um único professor responsável por todas as disciplinas de cada série.

Outra característica marcante na história do ensino normal paulista na Primeira República foi o monopólio exercido pelo Estado na formação de professores. Apesar do princípio da liberdade do ensino ter sido firmado na Constituição do Estado de São Paulo de 1891, o governo privilegiou as escolas normais oficiais reconhecendo o título emitido por elas, “de modo que os egressos das eventuais escolas normais particulares que fossem instaladas poderiam, em decorrência, apenas exercer o magistério fora da rede estadual ou concorrer às cadeiras provisórias como elementos leigos”. (TANURI, 1979, p. 195). Apesar disso, verifica-se a criação de escolas normais mantidas pela iniciativa privada, de caráter religioso ou laico, e pelos municípios. Nesse contexto, vai ocorrer a reivindicação pela equiparação das escolas normais livres com as escolas normais oficiais levando o aparecimento e discussão de diversos projetos de lei na Câmara dos Deputados.

Na década de vinte ocorreram no estado de São Paulo sucessivas reformas que alteraram a organização do ensino normal. Entre elas, a de 1927 (Lei nº 2269, de 31/12/1927) alterou pela primeira vez o monopólio do Estado sobre a formação de professores concedendo a equiparação às escolas normais livres. Como explica Tanuri (1979), as escolas normais foram vistas pelos políticos da época como solução necessária para o preparo em número suficiente de professores para atender a difusão do ensino primário na zona rural. Por outro lado, a equiparação atendia aos interesses dos proprietários de escolas normais livres, os alunos e municípios que desejavam contar com a presença de uma instituição desse tipo na localidade.

Essa reforma extinguiu as antigas restrições para o exercício do magistério, no qual os egressos das escolas normais livres, assim como os formados pelas escolas normais oficiais gozavam dos mesmos direitos e regalias passando a partilhar da mesma trajetória para a profissionalização no magistério, isto é, após o estágio de um ano na

zona rural poderiam aspirar a cargos nas escolas urbanas do interior ou nas escolas urbanas da capital.

Para adquirir a equiparação, as escolas normais livres deveriam atender aos seguintes critérios: serem fundadas e mantidas por nacionais, possuir um corpo docente nacional, terem seus programas e cursos de acordo com o adotado nas escolas normais oficiais de três anos, estarem situadas em municípios que não possuíssem escolas oficiais, possuírem um patrimônio de duzentos contos de réis e ser o professor de Didática e Pedagogia nomeado pelo Governo. Apenas uma escola normal livre poderia ser equiparada por município em regime de externato.

Em 1928, já haviam sido equiparadas 26 escolas normais livres (2 na Capital e 24 no interior).

Embora as escolas normais livres apresentassem os mesmos currículos e programas das escolas oficiais, elas possuíam algumas diferenças que as colocavam em situação de inferioridade, isso porque não era exigido que elas tivessem o curso complementar podendo admitir alunos apenas com o ensino primário e também não havia exigências legais para o funcionamento de escolas-modelo anexas as escolas normais livres para a prática pedagógica dos normalistas.

De acordo com Tanuri (1979), em 1930, o estado de São Paulo contava com 10 escolas normais oficiais e 49 escolas normais livres. Mesmo dotadas de limitações as escolas normais livres puderam atender uma parcela expressiva da população, adentrando regiões ausentes de ensino secundário e normal.

A trajetória institucional da Escola normal Livre Mackenzie.

O desenvolvimento do Oeste paulista insere-se num período de profundas transformações no Brasil e no estado de São Paulo intensificadas pela produção e exportação do café e o surgimento das ferrovias que ligavam as cidades do interior formando novas concentrações urbanas. A cidade de Araraquara durante toda a Primeira República contou com a atuação dos cafeicultores locais, muitos dos quais se constituíram em chefes políticos que investiram no progresso do município no qual residiam.

Desde o início da República, a elite agrária local manifestou interesse em difundir a instrução elementar e secundária. Em 1909, a Câmara Municipal autorizou a construção de um edifício para funcionamento de um colégio. Em 1914, a cidade foi

contemplada com a instalação do Araraquara College administrado por particulares – os irmãos Rufus Lane e Luristo Job Lane, de São Paulo. Desse modo, o edifício foi arrendado e o colégio passou a funcionar como estabelecimento particular de ensino secundário funcionando em regime de internato e externato destinado aos filhos das famílias abastadas.

Nos anos de 1918 e 1919 o colégio permaneceu fechado sendo reaberto em 1920 com a denominação de Colégio Mackenzie de Araraquara mantido por uma associação civil formada por membros da elite local - Associação Mackenzie de Araraquara – sob a direção pedagógica do Colégio Mackenzie de São Paulo. Em 10 de julho de 1926, o referido colégio passou a ser mantido pela prefeitura denominando-se Gymnasio Municipal Mackenzie de Araraquara. A Escola Normal Livre começou a funcionar em 1928, anexa ao Ginásio Municipal em regime de externato. Tudo leva a crer que a escola encerrou suas atividades em 1938, pois posterior a essa data não encontramos mais dados. Nesse mesmo ano ela obteve a equiparação às escolas normais oficiais de três anos. Em seu primeiro ano de funcionamento ela contou com duas classes e 62 alunos matriculados (TANURI, 1979, p.216).

Segundo o Ato municipal n. 36, de 14/02/1933, os funcionários federais, estaduais e municipais gozavam de um desconto de vinte por cento nas taxas de matrícula dos seus filhos na Escola Normal Livre Mackenzie.² Os demais pais que mantivessem mais de um filho matriculado na escola pagavam integralmente as taxas do primeiro e gozariam também dos mesmos descontos para a matrícula do segundo filho. Para os professores da Escola Normal estava assegurada a matrícula gratuita para um de seus filhos, já para a matrícula dos demais era oferecido o desconto de vinte por cento.

Posteriormente, em novembro do mesmo ano, o prefeito municipal facilitou o pagamento em prestações das taxas de matrícula o que revela possíveis dificuldades dos pais em manterem os filhos na escola.³ Tudo leva a crer que era oneroso o custo dessa escola, pois, além da matrícula eram cobradas diversas taxas. Pelo que consta no Ato n. 72, de 1934, é possível ter uma idéia desses custos: matrícula anual do Curso Profissional (1º e 2º anos) era igual a 700\$ 000 cada; certificados valiam 10\$000, inscrições para exames finais 20\$000, guia de transferência e diploma do professor 50\$000 cada, certificado de aprovação no curso fundamental 30\$000. A matrícula no

curso primário da Escola de Aplicação valia 40\$000 (1º e 2º ano), 50\$000 para o 3º ano e 60\$000 para o 4º ano.⁴

Para ingressar na Escola Normal Livre Mackenzie o aluno tinha que se submeter ao exame de admissão para o qual era exigido que o candidato enviasse preliminarmente à escola um requerimento para que seu nome fosse integrado à lista de participantes que iriam prestar as provas. Junto a esse documento, ele deveria anexar comprovante de pagamento da taxa do exame e os seguintes documentos: atestado de criminalidade, certidão de nascimento, atestado de saúde, atestado de uma pessoa da família ou um conhecido que pudesse certificar a boa conduta do candidato em períodos anteriores, autorização do pai ou de outro responsável consentindo que o candidato ao exame pudesse prestar as provas.⁵

Os exames versavam sobre os programas das escolas complementares (Língua vernácula, Francês, Geografia, História do Brasil, Aritmética, Álgebra, Geometria, Ciências Físicas e Naturais, Música e Desenho) e eram constituídos de provas teóricas das matérias e provas práticas de cartografia, desenhos e música.

As provas eram realizadas perante uma banca de professores que registravam todo o processo do exame em atas. Essas provas eram avaliadas e corrigidas por dois professores que certificavam o material com suas assinaturas junto com a do diretor da instituição.

A Escola Normal Livre Mackenzie gozou de grande prestígio em meio à sociedade araraquarense e também junto aos que residiam em cidades vizinhas. Além de agregar os filhos da elite local, ela também recebia como alunos pessoas providas de outras cidades. Os que ingressavam no curso normal deveriam possuir a idade mínima de quatorze anos completos. No conjunto desses ingressantes nota-se uma quantidade expressiva de alunas do sexo feminino. Por exemplo, em 1930, dos 68 alunos matriculados no 1º e 2º ano do curso, 62 eram do sexo feminino. Isso se justifica pela feminização do magistério que se verifica desde o final do Império em decorrência da valorização da mão de obra feminina para atuar no magistério primário (ALMEIDA, 1999).

Os dados não permitiram analisar as características sócio-econômicas dos alunos, mas considerando as dificuldades de escolarização das camadas populares na época, pode-se inferir que o curso normal era acessível a camadas sociais mais favorecidas.

A consulta aos Livros Ponto de Professores da Escola Normal Livre Mackenzie possibilitou-nos identificar o funcionamento de uma escola complementar anexa a essa escola normal no período de 1931 a 1933.⁶

Além desses dados foi possível caracterizar a composição do corpo docente dos cursos normal, complementar e fundamental. Nos dez anos de funcionamento do curso normal (1928-1938) pudemos verificar a permanência e rotatividade da atuação de 29 professores, sendo 13 do sexo feminino e 16 do sexo masculino. Depois de 1933, percebe-se uma variação bastante grande no número de docentes ocasionado, provavelmente, pelas mudanças institucionais ocorridas com a transferência do Ginásio do município para o Estado.

Infelizmente, os dados encontrados não permitem identificar os critérios de contratação desses professores, nem a formação e os respectivos salários. Porém, cruzando os dados coletados com os da equipe do Projeto EEBA, identificamos alguns professores que atuaram posteriormente no Ginásio Estadual e alguns que se tornaram nomes de escolas na cidade de Araraquara como o caso dos professores Victor Lacôrte e Ergília Miceli. Isso nos indica o quanto foi importante a participação desses professores para o desenvolvimento do ensino no município.

A partir do livro ponto de professores de 1931, pudemos verificar que o curso Complementar contou com a atuação de 23 professores, dentre esses 15 eram professoras e 8 professores. Em relação ao curso fundamental, em 1933, ele contava com 17 professores - 9 do sexo feminino e 8 do sexo masculino.

Com a promulgação da lei estadual nº 6.427 de 9 de maio de 1934, que estipulou novas exigências para a manutenção da equiparação das escolas normais livres, por meio da fiscalização federal ao curso fundamental, o município deveria arcar com as despesas destinadas à fiscalização e os requisitos para sua obtenção. Assim, o referido curso foi considerando desnecessário e sob a justificativa de que na cidade já havia o Ginásio Estadual com a mesma finalidade, o poder municipal através do Ato nº 71 de 1934 suprimiu o curso fundamental anexo à escola normal livre.⁷

A pesquisa revelou também o funcionamento junto à Escola Normal Livre de Araraquara uma Escola de Aplicação no período de 1931 a 1938. Tratava-se de uma escola primária municipal, mas não gratuita, que atendia desde filhos de comerciantes, lavradores, funcionários municipais e federais incluindo os filhos de professores da Escola Normal Livre Mackenzie. Esta escola primária dividia-se em seção masculina e

feminina e posteriormente nos anos de 1936 e 1938 passa a oferecer salas mistas. Em sete anos de funcionamento, essa escola atendeu 615 alunos, dos quais 373 do sexo masculino e 242 do sexo feminino.⁸

A análise do currículo da Escola Normal Livre Mackenzie possibilita acompanharmos a discussão em voga na época sobre o reduzido caráter profissional das escolas normais cuja ênfase recaía sobre os estudos de cultura geral, enquanto, a formação profissional compreendia somente as disciplinas de Pedagogia, Didática e Psicologia.

Esta configuração do curso modifica-se sob a influência dos princípios e fundamentos do movimento escolanovista, que proporcionou bases para a reforma da Educação no Estado de São Paulo, quando se institui o Código de Educação de 1933, o que permitiu a revisão crítica do modelo de escola normal existente.

A partir do Código de Educação, o curso normal da referida instituição adquiriu o caráter técnico pedagógico, além de ter duração de dois anos e fundamentar-se em saberes pedagógicos. O programa passou a ser estruturado por disciplinas específicas da área da Educação, por exemplo, História da Educação e Sociologia educacional.

De acordo com Monarcha (1999), inicialmente, a disciplina Pedagogia esteve atrelada a outros campos de conhecimentos como a Psicologia, a Fisiologia, a Antropologia Física e a Antropometria sob orientação analítica experimental. Na separação do curso propedêutico do técnico-profissional a disciplina sofre intervenção da Psicologia Objetiva ocorrendo, assim, uma ruptura com o passado. Dessa forma, o conteúdo dessa matéria passa a incorporar noções da Biologia tributária das teses eugenistas e da Sociologia positivista atualizada por Émile Durkheim.

Pelo registro dos pontos ministrados na disciplina Pedagogia da Escola Normal Livre Mackenzie de Araraquara pode-se verificar que a disciplina baseava-se na educação científica visando ir ao encontro da realidade dos grupos escolares. Tratava-se de uma disciplina que buscava entender a diversidade da formação do povo brasileiro, sobretudo, um entendimento sobre os sujeitos que compõem a instituição escolar e que se torna objeto de trabalho dos normalistas. Por isso buscava-se mapear um retrato das escolas brasileiras enfatizando um conhecimento sobre o desenvolvimento da criança em seu aspecto físico e psíquico. Como exemplo, temos a lição: “crescimento physico, estatura e circunferência toraxica”.⁹ Posteriormente, a disciplina de Pedagogia busca uma articulação da educação com a Sociologia tendo como enfoque: a educação e seus

agentes educativos, estudos sobre o raciocínio, estudos sobre “escritores educativos nacionais”, apresentação dos ideais nacionais e flexibilidade dos programas.

Enquanto isso, a disciplina de Didática foi concebida como um laboratório para a formação das boas práticas educativas. Essa disciplina organizava-se em três frentes: aulas modelos ministradas pelo professor, aulas teóricas e aulas práticas ministradas pelas alunas e alunos na escola de aplicação. O exemplo a seguir retrata um ponto ministrado na disciplina: “aula modelo pelo professor, aula pratica por uma alumna no Grupo Escolar e aula theorica. Processo mental e princípios geraes”. Com o intuito de transpor aos normalistas uma vivência com o ambiente de trabalho, a disciplina Didática tinha em vista desenvolver habilidade na aplicação das aulas de leitura, canto, aritmética, geografia, geometria e história do Brasil.

Nos anos seguintes, temos uma disciplina focada nos estudos antropométricos, tendo por base os testes de Alfred Binet (testes 35, 36 e 37), que decorriam das observações indiretas e diretas sobre os alunos da escola de aplicação. Exemplo: “Pratica dos testes com criança de 7anos”. Mais tarde, quando o curso passa a ser de quatro anos, a disciplina Didática aparece em dois momentos: primeiro voltando -se para os conhecimentos do método analítico experimental, e posteriormente dedicando-se aos saberes da prática docente por meio da linguagem oral, disciplina escolar, testes para exame, organização escolar, livro de chamada e matrícula, boletim para escola isolada, boletim para a escola mista pedido de material e aulas práticas de leitura.

A formação pedagógica dos normalistas compreendia, portanto noções gerais do desenvolvimento infantil e princípios normativos de organização escolar fundamentados nas teorias educacionais difundidas na época.

Por último, a relação mantida pela escola normal livre e a sociedade araraquarense pode ser percebida nos artigos e anúncios publicados no jornal *O Imparcial*. Na imprensa eram divulgadas as datas de exames de admissão e suficiência, as exposições de trabalhos manuais do curso normal, complementar e do curso primário anexo, as festas de formatura regadas de esplendor com missas solenes, entregas de diplomas, grandiosos bailes organizados pelo grêmio normalista, e sem contar a presença de convidados ilustres.¹⁰ De acordo com o artigo do jornal “*O Imparcial*” de 28/11/1933 a turma de professorandos do presente ano pode contar como paraninfo o Dr. Guilherme de Almeida, membro da Academia Brasileira de Letras.¹¹

Em todas essas atividades é possível notar elementos da cultura estudantil

vivenciada pelos alunos da Escola Normal Livre. Nesse sentido, é notável a atuação nesse estabelecimento de ensino do Grêmio Normalista Guilherme de Almeida. Segundo a Ata preparatória para fundação desse grêmio ele se destinava a ser: “(...) litero esportivo e visaria mediante combinação previa festejar as datas nacionais, promoveria sessões cívico-literárias e trataria de interesses relativos a classe”. Nas atas de reuniões referentes ao ano de 1932 a 1936 encontramos várias atividades promovidas por essa associação de alunos e professores, dentre elas: as reuniões para eleições de novas diretorias, eleição secreta para eleger um novo diretor, organização de uma sessão cívica para recepção dos Pioneiros Paulista, organização de viagens para torneios esportivos, realização de festas de comemoração aos vegetais ao dia do trabalho e as festas formaturas.

Para a composição deste grêmio anualmente realizavam-se eleições no qual permitia uma rotatividade de alunos e professores. E para os cargos de presidente e vice-presidente eram designado respectivamente o diretor e um professor. Em 1934, numa reunião extraordinária houve a criação de um Conselho Consultivo que teria finalidade de estudar questões que seriam apresentadas e aprovar os atos do presidente.

As sessões solenes eram realizadas no salão nobre da escola e envolviam vários rituais: discursos de saudações, leituras de trabalho, números de cantos, agradecimentos pelos discursos proferidos pelo diretor e presidentes do grêmio.

Para concluir, podemos dizer que, apesar da pouca documentação existente, foi possível reconstruir um pouco da história dessa Escola Normal Livre reunindo fragmentos dispersos. Os documentos escolares revelaram-se como fontes importantes permitindo adentrar na cultura específica da escola. A pesquisa mostrou como essa escola normal tornou-se uma alternativa de escolarização para adolescentes do sexo feminino principalmente, mas também masculino atendendo uma demanda por educação pós-primária em Araraquara e região. Outro aspecto relevante apontado pelo estudo foi a participação do poder público municipal na formação de professores suprimindo a ausência do poder público estadual.

Fontes

Escola Normal Livre, livro de Atas do Grêmio Guilherme de Almeida de 29/ 05/1932 a 6/08/1937, Livro nº 452 – APHPRT.

Livro Ponto - Escola Normal de 17/05/1930 a 25/05/ 1931; 11/03/1932 a 4/08/1932; 8/02/1933 a 11/08/1933. DRE

Livro Ponto - Curso Fundamental de 12/08/1933 a 2/04/1934; 3/04/1934 a 17/09/1934. DRE

Livro Ponto - Curso Profissional de 17/07/ 1934 a 16/11/ 1934; 17/11/ 1934 a 4/07/1935; 6/07/ 1935 a

31/10/1935. DRE

Livro nº 451 - APHPRT: Coletânea de Leis referente à escola, livro nº 451- APHPRT.

Livro de Matrícula da Escola de Aplicação de 1931/1937, livro nº 444 – APHPRT.

Livro de Matrícula do Curso de Aplicação de 1/02/1938 a 6/07/1938, livro nº 456 – APHPRT.

Livro Ponto e Registro de Lições do Pessoal Docente e Administrativo do Curso Profissional da Escola Normal Livre Mackenzie de Araraquara, de 28 /09/1936 a 29/06/1937, livro nº453 APHPRT.

Livro de Ponto dos Professores de 30/08/1937 á 30/07/1938, Livro nº 454 – APHPRT.

Museu da Imagem e do Som de Araraquara, foto sobre a Escola Mackenzie nº 263-C.

Pastas de Exame de Admissão da Escola Normal Livre Mackenzie de Araraquara. DRE

Referências

ALMEIDA, J. S. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

MAGALHÃES, J. Um apontamento sobre a história das instituições educativas. In: Sousa, C.P. e CATANI, D.B. (orgs.) *Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente*. São Paulo: Escritura Editora, 1998.

COITO, G. Relatório de Pesquisa IC/PIBIC. Reportagens sobre a educação em Araraquara (Pesquisa em Jornais da cidade de 1907a 1950). FCL/ UNESP. Araraquara, 2004.

KUMIKO, S. S. Monografia “Histórico de Araraquara no Decurso dos 100 anos da Republica” 1889-1989. 1990

MONARCHA, C. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

NAGLE, J. A educação na Primeira República. IN: Fausto, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985.

PEREZ, Maria Isabel. *História de uma instituição pública de ensino secundário: implicações da democratização do ensino na cultura escola*. Araraquara, 2006, 128f. Dissertação (mestrado)-Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2006.

SOUZA, R. F. *Tempos de Civilização*. SP: Ed. Unesp, 1998

TANURI, Leonor Maria. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo: 1890-1930*. 1ed. São Paulo, Faculdade de Educação/USP, 1979.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*, n.14, mai/jul/ago, 2000.p.61-88.

¹ Vale ressaltar que a documentação existente no arquivo permanente da Divisão Regional de Ensino de Araraquara embora não esteja organizada encontra-se em bom estado de conservação. No arquivo Tellaroli encontramos os livros ponto de professores e pessoal administrativo, livro de matrícula de alunos na da Escola de Aplicação, Atas de inscrição para concurso, Coletânea de Leis referentes a escola e Livro de protocolo, livro de registro de pagamento de mensalidades e Atas do Grêmio estudantil Guilherme de Almeida. Nas referências das fontes utilizadas no estudo empregaremos na seqüência do texto as siglas DRE para a Diretoria Regional de Ensino e APHPRT para o Arquivo Público Histórico Professor “Rodolpho Tellaroli”.

² Coletânea de Leis referentes à escola 14/02/1933-14/09/1937, livro nº 451-APHPRT.

³ Coletânea de Leis referentes à escola, Ato nº 50 de 14 de novembro de 1933, livro nº 451-APHPRT.

⁴ Coletânea de Leis referentes à escola, Ato nº 72 de julho de 1934, livro nº451 - APHPRT.

⁵ Dados extraídos das Pastas de Exame de Admissão da Escola Normal Livre Mackenzie de Araraquara. Foram consultadas cerca de 30 Pastas referentes ao período de 1928 a 1930. Documentação encontrada na Divisão Regional de Ensino de Araraquara (DRE).

⁶ Vale à pena ressaltar que, até 1936, os livros Ponto de professores da Escola Normal Livre Mackenzie traziam um conjunto significativo de dados como a assinatura dos professores, as disciplinas ministradas e o registro diário das lições dadas em sala de aula. A partir de 1937, esses registros tornam-se mais simples e burocráticos contendo apenas o nome do professor, assinatura e respectiva disciplina sob sua responsabilidade.

⁷ Coletânea de Leis referentes a escola, APHPRT.

⁸ Dados extraídos dos livros de Matrícula da Escola de Aplicação anexa a Escola Normal Livre Mackenzie de Araraquara de 1931 a 1938, livros nº 444 e 456 APHPRT.

⁹ Esse exemplo e os seguintes foram extraídos do Livro Ponto da Escola Normal Livre Mackenzie de 17/05/1930 a 25/05/ 1931. DRE

¹⁰ Essa informação e as seguintes foram encontradas nos artigos de jornais compilados por Coito, 2004.